

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto Operacional

O Instituto Metodista de Ensino Superior - em Recuperação Judicial (IMS), fundado em 21 de julho de 1970 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministrando o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministrando programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMS, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

O IMS responde pelas operações da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), através dos campi Planalto, Rudge Ramos e Vergueiro e dos Colégios Metodistas com unidades em Bertiooga, Itapeva e São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. O Instituto também agrega a Educação a Distância (EaD), presente em polos avançados em 17 estados e no Distrito Federal, que tem como sede o campus Rudge Ramos.

1.1. Impostos, contribuições e programa de bolsas

(i) Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido

O Instituto, em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal;

(ii) Programa de integração social - PIS

O Instituto, por ser instituição sem fins lucrativos e filantrópica, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

(iv) Contribuição patronal ao instituto nacional do seguro social - INSS

O Instituto possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, deferido sob concessão por três anos através da Portaria nº 1.033 de 02/10/2017. Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia é isento de recolhimento da cota patronal do INSS.

(v) Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN

O Instituto goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.2. Situação patrimonial e financeira

Diante do cenário de retração da economia no Brasil, refletido no aumento do desemprego, queda do PIB, restrição de financiamentos estudantis, e agravado pela pandemia COVID-19, ao final do ano de 2020 a Administração passou a avaliar as possibilidades de solução, ponderando a necessidade de ações, dentre as quais, as de vias extrajudiciais não se mostraram suficientes para garantir a sustentabilidade necessária, e então definiu-se como alternativa viável para manter o equilíbrio da continuidade das operações educacionais, o pedido de Recuperação Judicial, visando sustentar a melhoria constante da prestação de serviços e a educação de qualidade, condição fundamental para que os compromissos financeiros sejam honrados.

Neste contexto, em 09/04/2021 foi ajuizada tutela cautelar e em 29/04/2021, foi promovido o pedido principal de recuperação judicial, cujo deferimento foi proferido em 09/05/2021. Os desdobramentos decorrentes da medida adotada estão descritos na nota explicativa nº 32 - Recuperação Judicial.

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021, o Instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 291.448.797 (R\$ 238.577.346 negativo em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido positivo de R\$ 130.247.600 (R\$ 153.166.245 positivo em 31 de dezembro de 2020).

Atuando na melhoria dos serviços e fortalecimento da instituição, destacamos novas ações tomadas em 2021:

- GT para proposta do Novo Ensino Médio. Em 2022, a Educação Metodista passará a ofertar o Novo Ensino Médio, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em cumprimento à legislação.
- Definição de projetos para 2022. Com início em março o projeto que irá enriquecer a oferta, sem impactar significativamente custos fixos. Os projetos são relacionados à tecnologia / programação, educação financeira e projetos literários.
- Mudanças estratégica na precificação e Catálogo de Incentivos (Descontos), com a perspectiva de sustentabilidade financeira para 2022.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

- Fortalecimento da área de marketing e investimentos na captação de alunos.

Em 2021, tendo em vista as análises de viabilidade, perspectiva de número de alunos e o cenário financeiro agravado pela pandemia da COVID-19, as atividades operacionais do Colégio Metodista Itapeva foram encerradas e efetivamos a desmobilização do Campus Vergueiro com a transferência dos cursos CST Logística, Recursos Humanos, Processos Gerenciais, Marketing e Gestão da Qualidade para o Campus Rudge Ramos.

1.3. Estado de pandemia (Covid-19)

Desde o exercício de 2020, a Educação Metodista focou seus esforços em medidas de contenção para os fortes impactos econômicos do segmento educacional, diante da decretação de estado de pandemia, onde as autoridades estaduais e municipais, determinaram medidas com suspensão de aulas em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares e posteriormente regulamentando o formato a distância. Dessa forma, a partir do dia 23/03/2020, todas as atividades acadêmicas e administrativas das unidades foram realizadas de maneira remota, no regime de home office pela imensa maioria dos colaboradores.

Em 2021 as atividades de ensino permanecerem em regime letivo remoto, exceto as atividades práticas voltadas a área da saúde e educação básica, mediante a liberação gradativa de aulas presenciais pelas autoridades, e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde - OMS e do Ministério da Saúde do Brasil, quanto à higienização do ambiente físico e isolamento social. As áreas administrativas (BackOffice) continuaram em maior parte na forma de trabalho remoto, contando com infraestrutura tecnológica segura para garantir a continuidade das operações e processamento das informações necessárias para o controle de seus processos internos.

As Instituições de Ensino da Educação Metodista mantêm o monitoramento em cada local de atuação, e o comitê de crise criado em 12/03/2020, para levantar e acompanhar os riscos e ações a serem adotadas.

Na área econômica permaneceu a redução do ritmo nas cidades em que a instituição opera, gerando aumento dos níveis de desemprego e redução da renda da população em geral, agravados pelo aumento significativo da taxa SELIC e demais índices de inflação, e pela suspensão da recuperação judicial. Esses fatores impactaram na inadimplência e na captação de novas matrículas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

A instituição ofereceu aos alunos, cuja renda própria ou familiar foi mais afetada pela crise, opções de parcelamentos de suas mensalidades e o uso de financiamento estudantil com condições diferenciadas em relação ao andamento normal das operações, e trabalha arduamente em estratégia de reposicionamento no mercado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC Full) e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002, R1).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação.

2.2.2. Apresentação do Resultado Abrangente

As demonstrações do resultado abrangente referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos (nota explicativa nº19).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que as obrigações contratuais de desempenho são cumpridas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários).

As perdas estimadas/esperadas com crédito de liquidação duvidosa, segundo a NBC TG 48 (CPC 48) / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A perda estimada foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.2.6. Ativo Não Circulante disponibilizado para venda

Os bens do ativo imobilizado que são disponibilizados para venda são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo Não Circulante mantido para venda”. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

2.2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 9.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço.

2.2.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.9. Arrendamentos

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a NBC TG 06 (R2) (CPC 06 (R2)) / IFRS 16 - Arrendamentos objetiva fornecer base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto. Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período, em troca de uma contraprestação.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação quando é disponibilizado para o Instituto;
- O Instituto tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período contratual;
- O Instituto tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Na data de início do arrendamento, o Instituto reconhece, no seu balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Subsequentemente, reconhece a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização sobre o direito de uso do ativo.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Instituto e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O Instituto amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento pelo prazo do arrendamento.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

Na data de início, o Instituto mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, utiliza-se taxa incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido.

A Instituição utilizou a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicou requerimentos da norma de arrendamento a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 01 de janeiro de 2019. Sendo assim, não serão reapresentadas informações e saldos em base comparativa.

2.2.10. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

2.2.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.12. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.13. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.14. Redução ao valor recuperável dos ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Banco - Contas correntes	65.357	1.803.803
Aplicações financeiras	80.405	257.474
Caixa	421.391	238.595
	567.153	2.299.871

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

As aplicações financeiras referem-se a Títulos de Capitalização - Banco Santander. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

4. Mensalidades a receber

Descrição	2021	2020
Mensalidades a receber (a)	15.098.259	23.169.263
Bolsa FIES	12.630.869	12.519.978
Confissão de dívida em faturas	8.975.874	8.117.261
Bolsa restituível (b)	1.772.160	2.314.399
Cheques em cobrança	1.733.449	1.829.543
Bolsa Pronatec	292.107	292.107
Cheques a compensar	81.811	80.607
Créditos a receber - Cartão de crédito	150.690	13.322
Confissão de dívida em cheques (c)	5.592	5.592
Cheques devolvidos	(24.159)	2.546
Quero Pago a Apropriar	74.473	(677.136)
Perda de crédito estimada	(19.202.506)	(23.054.765)
	21.588.619	24.612.716

Não circulante

Descrição	2021	2020
Quero Pago a Apropriar	1.524.892	0
	1.524.892	0

(a) O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

(b) As bolsas restituíveis eram concedidas a alunos que apresentavam dificuldades financeiras para pagamento das mensalidades escolares e que ingressaram neste programa obtendo um alongamento do prazo de pagamento. Nos últimos anos a instituição reduziu a concessão dessas bolsas, porque os alunos tem outras opções de financiamento de mensalidade.

(c) As renegociações de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido de estimativas de perda constituída sobre os cheques em cobrança e confissões de dívida.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Perda de crédito estimada - PCE

Descrição	2021	2020
Mensalidades a receber	(13.111.148)	(16.763.136)
Confissão de dívidas	(1.240.512)	(2.841.042)
Cheques e cobrança judicial	(3.141.556)	(1.832.089)
Bolsas restituíveis	(1.709.290)	(1.618.498)
	(19.202.506)	(23.054.765)

As estimativas de perdas de mensalidades foram constituídas a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério em função do atraso:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%; e
- Abaixo de 89 dias o Instituto não constitui perda.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre negociação de dívidas.

5. Contas a receber

Descrição	2021	2020
Adiantamento a fornecedores	2.569.926	1.760.728
Outros valores a receber (a)	14.929.540	1.487.374
Policlinicas	666.883	490.386
Polos EAD	149.409	149.409
Adiantamento viagem	92.541	67.021
Adiantamento a funcionários	15.154	430.221
	18.423.453	4.385.138

(a) Deste montante, o valor de R\$ 13.500.000,00 refere-se à venda de imobilizado (Terreno Passo Fundo - Rua Paissandu, matrículas 2519 e 2423), a ser recebido em 2022.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

6. Depósitos judiciais

Descrição	2021	2020
Venda Terreno Passo Fundo - Rua Paissandu , matrículas 2519 e 2423	3.000.000	-
Venda de Imóvel situado à Rua Felipe Marinho n° 110 - Jardim Ferrari - Itapeva - SP, registrado sob a matrícula n° 2.549	3.250.000	-
	<u>6.250.000</u>	<u>-</u>

O valor de 2021 refere-se a depósitos judiciais no ano 2021, relacionados a venda de imóveis.

7. Ativo não circulante mantido para venda

Descrição	2021	2020
Ativo não circulante disponibilizado para venda	2.520.000	-
	<u>2.520.000</u>	<u>-</u>

Em conformidade com o processo de recuperação judicial do instituto, a Administração deliberou pela alienação de bens do ativo imobilizado não relacionados às suas atividades operacionais. Desta forma, tais ativos foram reclassificados para a rubrica Ativo não circulante disponibilizado para venda.

Considerando que o valor de mercado desses bens, suportado por laudo de empresa especializada ou por proposta de compra, é superior ao custo histórico contábil, nenhum ajuste foi requerido.

A Administração considera que a venda no prazo inferior a um ano é altamente provável, pois para sua conclusão, somente está aguardando a regularização documental das partes. Os valores dos bens reclassificados para essa rubrica estão demonstrados a seguir:

Terrenos	Valor
Chacara Nancy - Loteamento Xangri-la	530.000
Chacara Nancy - Loteamento Xangri-la	490.000
Chacara Nancy - Loteamento Xangri-la	1.500.000
Total	<u>2.520.000</u>

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

8. Compromissos a receber

Descrição	2021	2020
Compromissos a receber	404.391.888	355.641.975
	<u>404.391.888</u>	<u>355.641.975</u>

2020	Concessões	Amortizações	Juros	PCLD	2021
355.641.975	79.765.065	-75.463.520	43.029.452	2.661.142	404.391.888

Os valores de compromissos a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

9. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		103.422.113		103.422.113	103.422.113
Edificações	4%	72.842.118	(13.829.311)	59.012.807	60.371.328
Equipamentos de informática	20%	24.555.348	(23.801.093)	754.255	1.015.498
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	18.176.473	(17.534.304)	642.170	780.003
Móveis e utensílios	10%	13.010.000	(12.842.648)	167.352	272.804
Máquinas e equipamentos	10%	8.283.600	(7.711.588)	572.012	423.010
Bibliotecas	10%	6.916.856	(6.587.179)	329.677	530.318
Equipamentos de ensino	10%	6.289.326	(6.272.709)	16.616	21.486
Instalações	10%	3.276.673	(3.270.471)	6.202	11.547
Laboratórios	10%	2.723.702	(2.691.082)	32.620	39.221
Equipamentos de comunicação	10%	1.400.903	(1.107.036)	293.866	19.434
Veículos	20%	453.130	(450.064)	3.066	4.847
Instrumentos musicais	10%	62.507	(62.317)	190	256
Imobilização em curso		17.614		17.614	17.614
		261.430.363	(96.159.803)	165.270.560	166.929.480

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

b. Movimentação do custo

Descrição	2020	2021			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Terrenos	103.422.113	14.730.000	(14.730.000)	-	103.422.113
Edificações	72.932.118	-	(90.000)	-	72.842.118
Equipamentos de informática	24.506.387	48.962	-	-	24.555.349
Benfeitorias em bens de terceiros	18.176.473	-	-	-	18.176.473
Móveis e utensílios	13.008.089	1.911	-	-	13.010.000
Máquinas e equipamentos	7.981.320	302.280	-	-	8.283.600
Bibliotecas	6.916.856	-	-	-	6.916.856
Equipamentos de ensino	6.289.326	-	-	-	6.289.326
Instalações	3.276.673	-	-	-	3.276.673
Laboratórios	2.723.702	-	-	-	2.723.702
Equipamentos de comunicação	1.121.464	279.439	-	-	1.400.903
Veículos	453.130	-	-	-	453.130
Instrumentos musicais	62.507	-	-	-	62.507
Imobilização em curso	17.614	-	-	-	17.614
	260.887.771	15.362.592	(14.820.000)	-	261.430.363

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

10. Intangível

a. Composição dos saldos

Descrição	2021			2020	
	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	20%	23.136	(23.136)	- 0	- 0
Softwares	20%	6.703.017	(3.429.506)	3.273.512	3.037.830
Gastos implantação sistemas	20%	293.518		293.518	293.518
		7.019.672	(3.452.642)	3.567.030	3.331.349

Descrição	2020	2021			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Marcas e patentes	23.136	-	-	-	23.136
Softwares	6.211.027	491.990	-	-	6.703.017
Gastos implantação sistemas	293.518	-	-	-	293.518
	6.527.682	491.990	-	-	7.019.672

11. Direito de uso de ativos e arrendamentos a pagar

A NBC TG 06 (R2) (CPC 06) / IFRS 16 Arrendamentos substitui as normas de arrendamentos existentes: NBC TG 06 (CPC 06) Operações de Arrendamento e a ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento. A NBC TG 06 (R2) (CPC 06) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Isenções de adoção foram publicadas no texto da norma e dizem respeito a arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Resumo das avaliações feitas pela Instituição na adoção inicial da nova norma

A Instituição não reconheceu, segundo as novas regras os contratos de curto prazo (de até 12 meses) e contratos cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor, utilizando, portanto, tais isenções previstas na norma. Tais contratos continuaram a ser contabilizados como despesas no resultado.

O Instituto amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento pelo prazo do contrato.

Na data de início, o Instituto mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, o Instituto utilizou a taxa de 5,2% a.a. para desconto a valor presente dos passivos de arrendamentos, que corresponde à média dos juros dos contratos de empréstimos bancários vigentes. O método adotado para cálculo da despesa de juros é o de juros simples.

De acordo com a norma IFRS 16 /CPC 06 (R2), um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação, com base nessa condição o Instituto registrou o contrato firmado com a Associação da Igreja Metodista, referente locação de dois imóveis para utilização em suas atividades educacionais na Rua do Sacramento, 230 e Rua Planalto, 125, projetando-o para um período de 10 anos.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Segundo a norma, os arrendamentos devem ser apresentados nos balanços patrimoniais através do reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos a serem efetuados durante o prazo razoavelmente certo dos contratos.

A seguir a movimentação ocorrida em 2021:

Ativos	Custo	Amortização	Líquido
Edificações	17.747.574	(2.218.447)	15.529.127
	<u>17.747.574</u>	<u>(2.218.447)</u>	<u>15.529.127</u>

Direito de uso de ativos de arrendamentos

Ativos	2020	Ajuste Aditivo	Amortização	2021
Edificações	37.767.745	(20.020.170)	-	17.747.574
(-)Amortização acumulada	(4.196.416)	4.196.416	(2.218.447)	(2.218.447)
	<u>33.571.329</u>	<u>(15.823.755)</u>	<u>(2.218.447)</u>	<u>15.529.127</u>

Obrigações por arrendamento de ativos

Movimentação das obrigações por arrendamento de ativos

Provisões arrendamento	2020	Transferência entre contas	Ajuste Aditivo	Juros provisão	Pagamentos	2021
Obrig de CP	3.577.476	2.817.249	(2.327.169)	846.771	(3.010.989)	1.903.339
Obrig de LP	30.788.547	(2.817.249)	(14.298.835)	-	-	13.672.463
	<u>34.366.024</u>	<u>-</u>	<u>(16.626.004)</u>	<u>846.771</u>	<u>(3.010.989)</u>	<u>15.575.803</u>

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Aging (cronograma de pagamentos)			
Vencimento	Valor Principal	Ajuste Valor Presente	2021
Circulante			
2022	2.646.000	(742.661)	1.903.339
Não circulante			
2023	2.646.000	(644.322)	2.001.678
2024	2.646.000	(540.902)	2.105.098
2025	2.646.000	(432.138)	2.213.862
2026	2.646.000	(317.756)	2.328.244
2027	2.646.000	(197.463)	2.448.537
2028	2.646.000	(70.955)	2.575.045
	<u>15.876.000</u>	<u>(2.203.536)</u>	<u>13.672.464</u>
Total	<u>18.522.000</u>	<u>(2.946.197)</u>	<u>15.575.803</u>

12. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Tx. de juros	Vencimentos	Garantias	2021	2020
Circulante					
Oikocredit	12,50% a.a.	18/05/2022	Hipotecas	14.064.017	14.064.017
Banco do Brasil S/A	4,90% a.a.	01/12/2019	Recebíveis	17.365.751	10.528.259
Banco Santander	6,00% a.a.	10/01/2022	Recebíveis	3.840.000	3.840.000
Banco Bradesco	5,59% a.a.	24/07/2024	Recebíveis	821.525	829.254
				<u>36.091.293</u>	<u>29.261.530</u>
Não circulante					
Banco Santander	6,00% a.a.	10/01/2022	Recebíveis	65.213.600	55.844.205
Banco do Brasil S/A	4,50% a.a.	05/11/2022	Recebíveis	10.612.403	15.792.389
Banco Bradesco	5,59% a.a.	24/07/2024	Recebíveis	1.893.396	2.170.746
				<u>77.719.400</u>	<u>73.807.340</u>

Restrições contratuais e *covenants*

A Instituição possui contrato de empréstimo com o Banco Santander S/A que contém determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (*covenants*).

A Administração da Instituição considera que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Instituição, e aplicou os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações dos CPC's aplicáveis.

Oikocredit Ecumneal Development Cooperative Society U.A - Covenants financeiros medidos anualmente:

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Índice	Limite
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	≤ 1x
Lucro Líquido Positivo	≥ 1

No ano de 2020 e 2021, com base nos resultados projetados para o término do exercício fiscal, a Instituição iniciou tratativas relativas ao pedido de dispensa à observância deste índice e obrigação junto ao Oikocredit (agente do financiamento).

13. Obrigações trabalhistas

Descrição	2021	2020
FGTS a recolher	50.520.153	41.913.609
INSS a recolher	26.317.533	20.625.987
Salários e ordenados	23.549.731	18.087.963
Rescisões e homologações	8.933.694	8.758.249
13º Salário a pagar	10.548.063	7.276.880
Provisão de férias	4.483.173	6.173.720
Acordos trabalhistas	7.165.541	5.477.605
Férias a pagar	1.152.424	750.563
Contribuição Assistencial	692.392	588.385
Mensalidade Sindical	597.740	447.843
Serviços Avulsos s/vínculo	190.898	209.961
Pensão Alimentícia	28.440	93.012
Contribuição Sindical	68.747	60.000
Mensalidade Associativa	51.732	44.019
Estagiários	45.034	39.280
Consignações Financeiras de Empregados	(43.263,18)	-
	<u>134.302.030</u>	<u>110.547.076</u>

Diante à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos e também houve a exclusão de parcelamentos em 2021, resultando em aumento dos saldos das respectivas contas a pagar. A administração prevê negociações para parcelamentos e/ou reparcelamentos dos valores, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição, com o objetivo de regularizar os saldos em aberto. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº33.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

14. Obrigações tributárias

Descrição	2021	2020
IRRF a recolher s/ salários	78.691.174	69.443.604
Pis / Cofins / CSLL s/ serviços	1.600.809	1.393.555
IRRF a recolher s/ serviços	523.410	468.920
INSS a recolher s/ serviços	438.849	377.683
ISS a recolher s/ serviços	212.409	185.080
	81.466.651	71.868.842

Diante à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais e também ocorreram exclusões de parcelamentos em 2021, que aumentaram os saldos das contas. Para sanar as referidas obrigações a administração pleiteia parcelamentos e/ou reparcelamentos junto aos órgãos fiscais, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº33.

15. Provisões para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido desde 2016. As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

	2021			2020		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Circulante	62.538.301	-	62.538.301	30.203.452	-	30.203.452
Trabalhistas	48.275.913	-	48.275.913	29.271.082	-	29.271.082
Tributário	4.903.499	-	4.903.499	-	-	-
Cível	9.358.889	-	9.358.889	932.370	-	932.370
Não circulante	19.449.000	18.578.334	870.666	26.576.730	14.780.062	11.796.668
Trabalhistas	19.251.770	18.578.334	673.436	20.591.835	14.780.062	5.811.773
Tributário	197.230	-	197.230	5.098.159	-	5.098.159
Cível	-	-	-	886.736	-	886.736
Total CP + LP	81.987.301	18.578.334	63.408.967	56.780.182	14.780.062	42.000.120

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas sobretudo de processos trabalhistas. Para a elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	42.000.118
Movimentação líquida	21.408.849
Saldo em 31 de dezembro de 2021	63.408.967

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

Descrição	2021	2020
Perdas possíveis	24.314.456	23.320.921

16. Outras obrigações

Descrição	2021	2020
Associação da Igreja Metodista (a)	7.297.830	6.128.629
Contas a pagar polos regionais	1.557.903	2.894.745
Acordos Cíveis	2.553.156	2.748.387
Outros Valores - Compensação INSS	1.008.612	1.008.612
Seguros a pagar	103.916	28.763
Convênio CNPQ	12.248	5.502
Outras contas a pagar	330.571	-
Total	12.864.237	12.814.637

(a) Refere-se a contrato de locação de imóveis, utilizados para fins educacionais.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

17. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2021	2020	2021	2020
Acordo Sabesp	239.424	357.938	-	-
Parcelamento Pert Lei 13.496/2017	-	132.018	-	319.043
Total	239.424	489.956	-	319.043

- (a) Em setembro de 2017, foi firmado um novo acordo junto a Sabesp referente as contas de saneamento do período de 2004 a 2013 em 28 parcelas. Acordo de parcelamento Sabesp (serviço de fornecimento de água) Processo Judicial 564.01.2005.026.205-0 Apelação 1187298-0/1;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017. Em 2021 houve a exclusão do parcelamento e os valores foram transferidos para Obrigações Trabalhistas e Obrigações Tributárias.

18. Compromissos a pagar

Descrição	2021	2020
Compromissos a pagar	76.324.569	51.018.943
Total	76.324.569	51.018.943

2020	Captações	Amortizações	Juros	2021
51.018.943	28.837.670	-10.291.654	6.759.609	76.324.569

Os valores de compromissos a pagar em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

19. Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza, assim como superávits acumulados desde a data de sua constituição, mensurados e registrados em obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

20. Gratuitades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes para a Educação Básica e 1(uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes para a Educação Superior, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

	2021		2020	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Quantidade de alunos				
Número de alunos matriculados	9035	524	9353	765
Número de alunos pagantes	6808	330	5635	546
Quantidade de bolsistas gratuidade				
Bolsistas Integrais (100%)	885	76	1269	140
Bolsistas Parciais (50%)	543	36	961	68
Total bolsistas	1428	112	2230	208

	2021			2020		
	Educação Superior	Educação Básica	Total	Educação Superior	Educação Básica	Total
Bolsas Gratuidade						
Bolsas Integrais (100%)	8.976.739	1.145.285	10.122.025	12.090.627	1.950.880	14.041.507
Recursos próprios	8.976.739	1.145.285	10.122.025	12.090.627	1.950.880	14.041.507
PROUNI	-	-	-	-	-	-
Bolsas Parciais (50%)	2.949.392	253.194	3.202.587	4.409.396	442.081	4.851.477
Recursos próprios	2.949.392	253.194	3.202.587	4.409.396	442.081	4.851.477
PROUNI	-	-	-	-	-	-
Valor total de Gratuitades	11.926.132	1.398.479	13.324.611	16.500.023	2.392.961	18.892.985
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)						
Educação Básica e Superior						
Outras Bolsas Integrais (100%)	5.282.537	672.532	5.955.069	7.312.565	760.544	8.073.109
Outras Bolsas Parciais (50%)	3.051.421	397.142	3.448.563	3.024.654	455.741	3.480.396
	8.333.958	1.069.674	9.403.632	10.337.219	1.216.285	11.553.504
Pós Graduação						
Outras Bolsas Integrais e Parciais			2.434.816			2.702.096
Valor total de Outras Bolsas	8.333.958	1.069.674	11.838.448	10.337.219	1.216.285	14.255.600
Total de Bolsas Concedidas	20.260.090	2.468.154	25.163.060	26.837.243	3.609.246	33.148.585

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

21. Receita operacional líquida

Descrição	2021	2020
Receita de ensino	111.836.158	137.644.782
Receita administrativa	1.127.639	519.810
	112.963.797	138.164.592
Deduções da receita		
Bolsas gratuidade	(13.324.611)	(18.892.985)
Outras Bolsas	(11.838.448)	(14.255.600)
Descontos concedidos	(17.325.580)	(13.931.458)
Receita operacional líquida	70.475.157	91.084.549

No ano de 2021 houve redução da receita, devido ao menor número de alunos matriculados, conforme informado na nota explicativa nº 20, no entanto, a instituição fez reduções nos custos e despesas para ter menos impacto no resultado. A administração vem implantando medidas para maior captação de alunos, conforme nota explicativa nº 1.3 Situação Financeira e Patrimonial e nº 33 Eventos Subsequentes.

22. Custos de serviços prestados

Descrição	2021	2020
Salários	(30.868.009)	(37.805.643)
Encargos e Benefícios	(1.817.892)	(2.295.046)
Despesas gerais e administrativas	(282.321)	(685.011)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(75.518)	(220.512)
Outras despesas operacionais	(325.308)	(146.463)
Depreciação e Amortização	(92.523)	(95.297)
Total	(33.461.570)	(41.247.972)

Em 2021 houve redução dos custos, para adequação à redução da receita, conforme Nota Explicativa nº 21.

23. Despesas com pessoal

Descrição	2021	2020
Salários	(37.321.782)	(38.446.082)
Encargos e Benefícios	(8.382.370)	(11.058.886)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(161.446)	(276.744)
Total	(45.865.599)	(49.781.712)

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Em 2021 houve redução de despesas com pessoal, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 21.

24. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2021	2020
Energia Elétrica	(1.683.801)	(1.542.227)
Serviços de Terceiros	(1.069.114)	(1.451.963)
Água	(1.570.507)	(1.428.470)
Impostos e Taxas	(172.588)	(419.201)
Manutenção e Conservação	(828.664)	(380.536)
Outras despesas	(493.192)	(357.885)
Telecomunicações	(132.252)	(304.770)
Material de Uso e Consumo	(488.162)	(248.374)
Material Clínico Hospitalar	(367.881)	(126.762)
Material Didático	(93.427)	(43.365)
Transporte em geral	(52.051)	(33.437)
Propaganda e Publicidade	(39.493)	(25.284)
	(6.991.130)	(6.362.274)

Em 2021 houve redução das despesas gerais e administrativas, devido ao trabalho remoto e também para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 21.

25. Outras despesas

Descrição	2021	2020
Licença e manutenção do uso de softworks	(3.562.745)	(3.714.082)
Outras despesas operacionais	(641.901)	(968.883)
Contribuições a Associações	(184.209)	(200.679)
Alugueis	(80.803)	(225.535)
Consultorias	(792.046)	(402.828)
Lanches e Refeições	(44.348)	(44.004)
Serviços gráficos	(143.625)	(30.679)
Viagens e Estadias	(8.908)	(837)
Total	(5.458.584)	(5.587.527)

26. Outras receitas

Descrição	2021	2020
Recebimentos diversos	7.526.200	-
Total	7.526.200	-

Valor em 2021 refere-se a Ganhos nas alienações do ativo permanente.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

27. Despesas financeiras

Descrição	2021	2020
Juros e multas passivos (a)	(30.419.708)	(19.375.194)
Despesas bancárias	(879.068)	(3.294.069)
I.R.R.F s/ operações financeiras	(35.425)	(48.747)
Descontos concedidos	(278)	(906)
IOF / IOC	(1.345)	-
Total	(31.335.823)	(22.718.916)

(a) Deste montante, o valor de R\$ 6.759.609 refere-se à atualização das operações de mútuos realizadas com instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 18.

28. Receitas financeiras

Descrição	2021	2020
Juros e multas passivos (a)	46.376.318	41.188.233
Descontos obtidos	956.085	914.452
Variações monetárias ativa	6.322	7.328
Juros futuros	2.565	247
Rendimentos s/ aplicações	64	63
Total	47.341.354	42.110.324

(a) Deste montante, R\$ 43.029.452 referem-se à atualização das operações de mútuos realizadas com instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 8.

29. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os' ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

30. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

31. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, assim como outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários.

32. Recuperação Judicial

Em fevereiro de 2021 foi contratado o escritório Galdino e Coelho e em março de 2021 a empresa Alvarez & Marsal para conduzir e assessorar o processo de Recuperação Judicial das Instituições de Ensino da Educação Metodista.

Em 14/04/2021, foi deferida medida cautelar antecedente ao Pedido de Recuperação Judicial, com vistas a obtenção de efeito suspensivo das ações executivas, bem como para viabilizar o preparo das Instituições para a Recuperação Judicial, e em 10/05/2021 foi deferido o pedido de Recuperação Judicial. Ato contínuo foi nomeada a empresa Medeiros & Medeiros Administração Judicial, como administrador judicial, que em 28/07/2021 apresentou parecer ao plano de recuperação judicial (PRJ). Todos os

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

encaminhamentos seguintes estão disponíveis no site do administrador judicial.

Em 09/10/2021, o juízo da Recuperação, deferiu a prorrogação do “stay period” por mais 180 dias, mantendo a “blindagem” sobre o patrimônio das Recuperandas.

Em 27/10/2021 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônica - RS - Edição nº 7.081, o leilão Stalking Horse dos imóveis de matrículas nº 82.858 e 83.904. Em 03/11/2021, às 11h, foi marcado o leilão dos aludidos imóveis, e a hasta pública se deu de forma presencial e online. Na oportunidade, os imóveis foram arrematados pelo proponente inicial, denominado “Stalking Horse”, pelo valor de 16,5 milhões de reais.

Em 05/11/2021 ao Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de tutela de urgência apresentado pelo Banco Santander (Brasil) S/A, para sustar o efeito suspensivo concedido ao recurso especial até julgamento pelo órgão colegiado. Tal recurso especial foi deferido em 09/09/2021 pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual manteve o prosseguimento do processo de recuperação judicial.

Em 07/12/2021 ocorreu a sessão da 4ª turma do Superior Tribunal de Justiça para apreciação dos recursos interpostos, com relação a do efeito suspensivo, porém houve pedido vistas ao processo, postergando a decisão do pedido de sustação, o qual o julgamento do Agravo Interno na Tutela Provisória nº 3.654/RS foi retomado em sessão de 15/03/2022, ocasião em que, por maioria, deu-se parcial provimento ao Agravo Interno, restabelecendo o efeito suspensivo e, conseqüentemente, retomando o processo de recuperação judicial com ressalvas em relação às travas bancárias. O acórdão do Agravo Interno foi publicado em 08/04/2022.

Todos os encaminhamentos estão disponíveis no site do administrador judicial (<https://www.administradorjudicial.adv.br/home>).

33. Eventos subsequentes

Recuperação Judicial

O stay period foi prorrogado às Recuperandas em decisão de 30/03/2022, que fez constar que a referida prorrogação se daria a contar de 20/03/2022 por mais 180 (cento e oitenta) dias, a findar em 15/09/2022.

Em 18/04/2022, foi deferido, pelo 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS, autorização para a lavratura de escritura pública de desapropriação amigável referente ao imóvel de matrícula 2.549, na Comarca de Itapeva. Em 25/04/2022 foi autorizada a escrituração do contrato

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

de compra e venda firmado entre as Recuperandas, AL Incorporação LTDA. e KA Empreendimentos LTDA, por se tratar de negócio anterior e não de venda judicial, relativo aos imóveis de matrículas nºs 82.903, 82.094 e 82.095 da Comarca de Passo Fundo.

Em 11/05/2022 o Superior Tribunal de Justiça decide a razão de petição apresentada pelas recuperandas, que o acórdão da Tutela Provisória nº 3.654/RS já foi publicado e é o quanto basta para seu cumprimento, de modo a garantir os direitos dos requerentes diante do reconhecimento de sua legitimidade ativa para pleitear a recuperação judicial.

Em 19/05/2022, o 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS homologou a arrematação realizada, por intermédio de leilão eletrônico, do imóvel de matrículas nº 82.858 e 83.904, no Centro da Comarca de Passo Fundo-RS, e determinou a expedição de carta de arrematação, o que permitiu o ingresso em caixa, em 23/05/2022, para pagamento imediato e já efetuado de despesas extraconcursais que estavam em aberto e devida prestação de contas nos autos do processo.

Em 26/05/2022, foi negado provimento, por unanimidade de votos, pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Bradesco, autuado sob o nº 5226005-48.2021.8.21.7000, que impugnava a prorrogação da extensão do stay period à Igreja Metodista no Brasil e autorizava a antecipada alienação de bens imóveis.

A nova versão do Plano de Recuperação Judicial foi peticionada pela Educação Metodista na data de 11/05/2022.

Em 13/05/2022 foi publicado o edital de convocação da assembleia geral de credores para os dias 10/08/2022, às 14h, em 1ª convocação, e 24/08/2022, em 2ª convocação, no ambiente virtual.

O processo de recuperação judicial prossegue com os procedimentos inerentes, especialmente análise das divergências judiciais apontadas pelos credores e habilitações retardatárias. Há ainda tratativas com credores estratégicos e com potenciais adquirentes dos imóveis listados no Plano de Recuperação Judicial.

Alternativas de captação de recursos financeiros, via operação de DIP Financing (debtor-in-possession) estão em tratativas, visando geração de recursos de capital de giro necessários ao fortalecimento e reorganização da prestação de serviços educacionais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

Transação Fiscal

A Transação Fiscal junto a PGFN e RFB visa o equacionamento do passivo tributário, além de permitir a retomada da regularidade fiscal das Instituições de Ensino, possibilitando como exemplo, a celebração de convênios com entes públicos, face a expedição de certidão negativa de débitos.

Em 13/05/2021 foi contratado o escritório Ramos e Zuanon Advogados com o propósito de assessorar as instituições pertencentes à Educação Metodista no levantamento e negociações dos débitos de natureza tributária (nas esferas federal e municipal), junto às respectivas procuradorias.

No dia 06/08/2021 foi apresentada proposta de transação tributária perante a Procuradoria da Fazenda Nacional da 3ª Região, posteriormente aditada, em 27/09/2021, para ajustar o cronograma de pagamento de acordo com exigência feita pelos procuradores encarregados da análise.

Entre dezembro/2021 e abril/2022 foram tratados junto a Procuradoria da Fazenda Nacional as alternativas para parcelamento do FGTS, que precisavam ser obtidas diretamente pelos procuradores junto à Caixa Econômica Federal. Ao final de abril/2022, foram enviados os extratos com a possibilidade de parcelamento, e, na sequência, formalizada a transação do FGTS em relação às instituições que possuem débitos inferiores a R\$1 milhão.

Foi ajustado com a Procuradoria que novo pedido de transação, considerando agora em nossos cálculos os números do FGTS, seria apresentado até o final do mês de maio/2022.

No momento, aguardamos resposta da PGFN sobre os termos apresentados.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Perda de crédito estimada (“PCR”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCR para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

Descontinuidade de unidades

Em 2022, tendo em vista as análises de viabilidade, perspectiva de número de alunos e o cenário financeiro agravado pela pandemia da COVID-19, as atividades operacionais do Colégio Metodista São Bernardo foram encerradas.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

34. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de agosto de 2022.

Ismael Forte Valentin
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/08/2022.